

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **RECURSO ESPECIAL Nº 1.778.082 - SP (2018/0281359-9)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : INSTITUTO DE PAGAMENTOS ESPECIAIS DE SAO PAULO - IPESP**  
**RECORRENTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : FLORENCE ANGEL GUIMARÃES MARTINS E OUTRO(S) - SP341188**  
**RECORRIDO : BENEDITA APARECIDA MACHADO**  
**RECORRIDO : BENEDITA APARECIDA PIMENTEL PENAROTI**  
**RECORRIDO : BENEDITA APPARECIDA LAUDINO**  
**RECORRIDO : BENEDITA BATISTA SOUZA LOPES**  
**RECORRIDO : BENEDITA C SILVEIRA FRANCO**  
**RECORRIDO : BENEDITA CEZAR MENDES**  
**RECORRIDO : BENEDITA CONCEIÇÃO DA SILVA**  
**RECORRIDO : BENEDITA DA ALELUIA STURARO**  
**RECORRIDO : BENEDITA DA CRUZ BUENO**  
**RECORRIDO : BENEDITA DA SILVA FERNANDES**  
**RECORRIDO : BENEDITA DA SILVA NASCIMENTO**  
**RECORRIDO : BENEDITA DE LOURDES SERETTI**  
**RECORRIDO : BENEDITA DERUSA ROQUE**  
**RECORRIDO : BENEDITA DOMINGUES RAUTER**  
**RECORRIDO : BENEDITA DOS SANTOS BAUER**  
**RECORRIDO : BENEDITA JUSTINIANO CASSIANO**  
**RECORRIDO : BENEDITA LOPES DA SILVA**  
**RECORRIDO : BENEDITA MACEDO BARROS**  
**RECORRIDO : BENEDITA MARIA DE JESUS PINTO**  
**RECORRIDO : BENEDITA MARIA DOS S TOLEDO**  
**RECORRIDO : BENEDITA NUNES FERREIRA**  
**RECORRIDO : BENEDITA PEREIRA DA SILVA**  
**RECORRIDO : BENEDITA QUIRINO DA S GODOI**  
**RECORRIDO : BENEDITA RODRIGUES PAES**  
**RECORRIDO : BENEDITA TEREZA BARBOSA**  
**RECORRIDO : BENEDITA VALENTIN VALINI**  
**RECORRIDO : BENEDITO ALVES**  
**RECORRIDO : BENEDITO ANASTACIO CLEMENTE**  
**RECORRIDO : BENEDITO ANTONIO JOÃO**  
**RECORRIDO : BENEDITO APARECIDO DE ANDRADE**  
**RECORRIDO : BENEDITO CAETANO DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : BENEDITO DE ARAUJO**  
**RECORRIDO : BENEDITO DE OLIVEIRA**  
**RECORRIDO : BENEDITO DE OLIVEIRA MAGALHÃES**  
**RECORRIDO : BENEDITO DE PAULA GANOCHA**  
**RECORRIDO : BENEDITO DIEZ**  
**RECORRIDO : BENEDITO FERREIRA NEVES**  
**RECORRIDO : BENEDITO FRUTUOSO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

RECORRIDO : BENEDITO GERALDO DA COSTA  
RECORRIDO : BENEDITO JOSE MARTINS  
RECORRIDO : BENEDITO LINO  
RECORRIDO : BENEDITO P DA SILVA FILHO  
RECORRIDO : BENEDITO PEREIRA DE SOUZA  
RECORRIDO : BENEDITO RIBEIRO DOS SANTOS  
RECORRIDO : BENEDITO ROQUE DA SILVA  
RECORRIDO : BENEDITO SANTIAGO DE OLIVEIRA  
RECORRIDO : BENIGNO JOSE DOS SANTOS  
RECORRIDO : BENILDE BARBOSA G SILVA  
RECORRIDO : BENILDE MORILLAS GERACE  
ADVOGADOS : APARECIDO INÁCIO FERRARI DE MEDEIROS - SP097365  
MOACIR APARECIDO MATHEUS PEREIRA - SP116800  
ARIADINE DZIURA BOLDO - SP266750

## **DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo e Instituto de Pagamentos Especiais de São Paulo – IPESP, com fulcro na alínea "a" do permissivo constitucional, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (e-STJ, fl. 22):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COLETIVA EM FASE DE EXECUÇÃO. Decisão vergastada que rechaçou a alegação de prescrição da pretensão executiva. Título judicial de mandado de segurança coletivo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde - SINDSAÚDE, na qualidade de substituto processual dos servidores. Prescrição. Inocorrência. Não corre a prescrição enquanto não iniciadas diligências necessárias à liquidação do crédito resultante de sentença proferida em ação coletiva promovida no regime de substituição processual. Inaplicabilidade do julgamento proferido pelo STJ no REsp 1.388.000/PR (tema 877) por se tratar de “leading case” diverso. Decisão mantida. Recurso não provido.

Em suas razões, os recorrentes sustentam violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/1932, ao fundamento de que a execução individual proveniente de ação coletiva deve obedecer o prazo prescricional de cinco anos contados do trânsito em julgado desta última, sendo despicienda a providência contida no art. 94 do CDC, nos moldes da jurisprudência do STJ.

Com contrarrazões.

É o relatório.

A irresignação não comporta conhecimento.

Compulsando-se a lide, verifica-se que os recorrentes, ao indicar ofensa ao art. 1º do Decreto n. 20.910/1932 e direcionar sua tese no sentido de que a prescrição conta do trânsito em julgado da ação cognitiva e de que a

# *Superior Tribunal de Justiça*

providência do art. 94 do CDC é desnecessária, deixaram de impugnar o fundamento do acórdão recorrido segundo o qual "o caso em exame nos presentes autos é, contudo, diverso, pois cuida-se de execução de condenação oriunda de ação coletiva promovida no regime de substituição processual e a ausência de informação quanto ao resultado da demanda afasta o direito dos substituídos de receber seu crédito" (e-STJ, fl. 24).

Incidência, por analogia, do teor da Súmula 283/STF (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles).

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator

